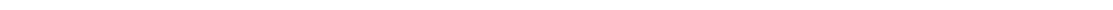


AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

AUZZA SECURITIZADORA S/A
Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2024.



AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos acionistas da
AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ.MF 27.956.690/0001-03

Senhores Acionistas,

A Administração da **AUZZA SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações contábeis, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa UHY BENDORAYTES & CIA AUDITORES INDEPENDENTES foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2024, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Atenciosamente,

AUZZA SECURITIZADORA S/A
Diretor Presidente
Rafael de Lima

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da
AUZZA SECURITIZADORA S.A.

Curitiba - PR

Abstenção de opinião

Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da AUZZA SECURITIZADORA S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas financeiras.

Não expressamos opinião sobre as demonstrações financeiras da Companhia pois, devido à relevância dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.

Base para abstenção de opinião

Limitação nos saldos de abertura

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de setembro de 2024 que continha ressalva em razão de a Companhia não ter fornecido detalhes adequados acerca das políticas de reconhecimento de receitas adotadas, bem como evidências suficientes que suportem os valores registrados como receita no período, em razão de não ter fornecido a documentação e as evidências necessárias que comprovassem a natureza, os valores e o período de competência das despesas registradas no exercício e com incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional devido ao fato de a Companhia ter apresentado passivo a descoberto e ter incorrido em prejuízo de R\$ 1.388 mil (R\$ 863 mil em 2022) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Consequentemente não emitimos opinião sobre elas. Além disso não nos foi possível obter evidências de auditoria sobre os saldos iniciais por meio de revisão dos papéis de trabalho antecessor ou procedimentos de revisão, conforme determina a NBC TA 510 - Trabalhos iniciais, saldos iniciais, desta forma, não nos foi possível assegurar que tais saldos não tenham efeitos relevantes sobre o resultado do exercício e o patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ausência de recebimento de circularizações de bancos

Não obtivemos respostas às cartas de confirmações (circularizações) enviadas às instituições financeiras Banco Itaú S.A. Consequentemente, apesar de termos realizado testes alternativos de auditoria, não pudemos nos satisfazer sobre a totalidade das operações junto a esta instituição financeira, como captações, garantias, debêntures, avais ou outras operações materiais que eventualmente não tenham sido registradas e/ou divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Partes relacionadas

A Companhia possui registrado na rubrica de “Partes relacionadas” (Outros Créditos), no ativo circulante, o montante de R\$ 321.532 em 31 de dezembro de 2024 (idem em 2023), sem que haja documentos suporte para estes, tampouco recebemos em tempo hábil respostas às cartas de confirmações (circularizações) enviadas às respectivas partes relacionadas. Além disso não obtivemos da Administração da Companhia evidências e/ou documentação suporte que indique a existência de garantias jurídicas ou se encontram-se prescritos os referidos montantes. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria, que nos possibilitassem concluir sobre os saldos apresentados e seus possíveis efeitos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Ativo não circulante (Imobilizado e Intangível)

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado no ativo imobilizado e no ativo intangível os montantes de R\$ 4.133 (R\$ 12.443 em 2023) e R\$ 32.256 (R\$ 580.424 em 2023), respectivamente, líquidos da depreciação e amortização acumuladas. Não obstante, em que pese tenhamos estabelecido seleção quanto aos registros do ativo imobilizado e no ativo intangível por meio de amostragem, para que pudéssemos fazer análise documental, não nos foi fornecida a documentação suporte e/ou relatório emitido pelo sistema de controle patrimonial conciliados com esses saldos. Consequentemente, não pudemos, mesmo que por meio de exames alternativos, nos satisfazer das referidas análises pela não apresentação dos documentos selecionados. Dessa forma, não nos foi possível, nas circunstâncias, avaliar a razoabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado e no ativo intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ausência de revisão da vida útil ativo imobilizado

A Companhia não realizou a revisão da vida útil dos ativos imobilizado, conforme definido pelo CPC 27 - Ativo imobilizado, que determina que a depreciação deve ser revisada anualmente de acordo com a vida útil econômica estimada do bem. Em virtude da falta do laudo de avaliação da vida útil dos bens para o exercício de 2024, não foi possível assegurarmos a razoabilidade dos saldos de depreciação registrados no ativo, bem como seus reflexos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Ausência de avaliação de recuperabilidade do ativo intangível

A Companhia não realizou avaliação de recuperabilidade dos ativos intangíveis (*impairment*) conforme definido pelo CPC 04 (R1) Ativo Intangível. Em virtude da falta de avaliação de avaliação de recuperabilidade do ativo intangível, não nos foi possível assegurarmos a razoabilidade dos saldos registrados no ativo intangível, bem como seus reflexos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Fornecedores

A Companhia possui registrado na rubrica “Fornecedores”, no passivo circulante, o montante de R\$ 167.378 em 31 de dezembro de 2024 (idem em 2023), sem que nos fosse apresentado o relatório financeiro conciliado com o respectivo saldo contábil, tampouco nos foi apresentada conciliação do saldo individualizado por fornecedor. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria e obter evidência suficiente de auditoria, que nos possibilitassem opinar sobre os saldos apresentados em fornecedores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Empréstimos de terceiros e partes relacionadas

A Companhia possui registrado na rubrica de “Empréstimos e Financiamentos”, no passivo circulante, o montante de R\$ 2.358.881 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.459.134 em 2023). Contudo não há relatórios financeiros que suportem o valor registrado, tampouco nos foi apresentado os respectivos instrumentos contratuais firmados pela Companhia ou as respostas às cartas de confirmações (circularizações) enviadas aos respectivos credores. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria, que nos possibilitassem opinar sobre os saldos apresentados e seus possíveis efeitos no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui o montante de R\$ 727.209 (idem em 2023) referente a terceiros, no passivo circulante e não circulante, contudo não possui a conciliação dos referidos montantes. Consequentemente, não nos foi possível, nas circunstâncias, efetuar procedimentos alternativos de auditoria, que nos possibilitassem opinar sobre os saldos apresentados e seus possíveis efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Contingências

Não obtivemos, em tempo hábil, respostas às solicitações de confirmação externa enviadas aos assessores jurídicos da Companhia, relativas à existência, natureza e estágio de processos judiciais, bem como ao respectivo prognóstico quanto à probabilidade de perda. Adicionalmente, não foi possível aplicar procedimentos alternativos que nos permitissem obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre eventuais contingências cíveis e trabalhistas que pudessem demandar reconhecimento ou divulgação nas demonstrações financeiras. Em razão dessa limitação no escopo, não fomos capazes de concluir sobre os possíveis efeitos decorrentes da existência de contingências passivas não provisionadas nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Reconhecimento da Receita

Durante a auditoria das demonstrações financeiras da AUZZA SECURITIZADORA S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, identificamos a ausência de informações suficientes e apropriadas para assegurar a correta aplicação dos princípios contábeis relacionados ao reconhecimento de receitas que em 31 de dezembro de 2024 totalizou o montante de R\$ 501.206 (R\$ 119.751 em 2023). A Companhia não forneceu detalhes adequados acerca das políticas de reconhecimento de receitas adotadas, bem como evidências suficientes que suportem os valores registrados como receita no período, em conformidade com as normas contábeis aplicáveis. Consequentemente, em razão dessa limitação na obtenção de informações não nos foi possibilitado concluir, com segurança, que as receitas foram reconhecidas de acordo com o regime de competência e as exigências normativas vigentes. Portanto, nos abstermos de emitir opinião sobre os respectivos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Como reflexo, não foi possível concluir sobre a adequação dos saldos relativos aos impostos incidentes sobre a receita e o valor dos impostos a pagar em 31 de dezembro de 2024 que registrava o saldo de R\$ 201.397 (R\$ 140.220 em 2023) que sobre eles também nos abstermos de emitir opinião.

Custos e Despesas

Até a emissão do presente relatório, a Companhia não disponibilizou a documentação e as evidências necessárias que comprovassem a natureza, os valores e o período de competência dos custos e das despesas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa limitação na obtenção de evidências auditáveis impossibilitou a verificação do reconhecimento dos custos dos bens e/ou serviços vendidos e quanto à correta contabilização das despesas, conforme os critérios estabelecidos pelas normas contábeis vigentes. Em consequência, não foi possível determinar se seriam necessários ajustes adicionais nos valores dos custos e despesas apresentados nas demonstrações financeiras e, portanto, não emitimos opinião sobre os saldos registrados no resultado em 31 de dezembro de 2024.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para o fato de que a Companhia apresentou passivo a descoberto no montante de R\$ 3.083.267 (R\$ 3.129.953 em 2023) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Essa condição, aliada à recorrência de prejuízos e à dependência de suporte financeiro de seus acionistas para manter suas operações, indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à sua capacidade de continuar operando. Uma incerteza significativa existe quando a magnitude potencial de seu impacto e a probabilidade de sua ocorrência são tais que, no julgamento do auditor independente, a adequada divulgação da natureza e das implicações da incerteza é necessária para a apresentação adequada das demonstrações financeiras. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Conforme determinado pela NBC TA 570, concluímos que o uso do pressuposto de continuidade operacional é apropriado nas circunstâncias, porém existe incerteza significativa sobre a capacidade de continuidade operacional. As demonstrações financeiras descrevam, através da nota explicativa nº 2, os principais eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional e os planos da administração para tratar desses eventos ou condições.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Com exceção do assunto descrito na seção Base para abstenção de opinião, não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outros auditores independentes, tendo sido emitido relatório datado de 12 de setembro de 2024 que continha ressalva em razão de a Companhia não ter fornecido detalhes adequados acerca das políticas de reconhecimento de receitas adotadas, bem como evidências suficientes que suportem os valores registrados como receita no período, em razão de não ter fornecido a documentação e as evidências necessárias que comprovassem a natureza, os valores e o período de competência das despesas registradas no exercício e com incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional devido ao fato de a Companhia ter apresentado passivo a descoberto e ter incorrido em prejuízo de R\$ 1.388 mil (R\$ 863 mil em 2022) durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Demonstração do Valor Adicionado

Fomos também contratados para examinar as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Para a emissão do nosso relatório, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Entretanto, devido à relevância dos assuntos descritos na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidências apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião sobre essa demonstração do valor adicionado, bem como se ela é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Consequentemente, não expressamos opinião ou qualquer afirmação sobre ela.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreende o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler as outras informações identificadas acima e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante nas outras informações obtidas antes da data deste relatório, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossa responsabilidade é a de conduzir uma auditoria das demonstrações financeiras da Companhia de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e a de emitir um relatório de auditoria. Contudo, devido ao assunto descrito na seção intitulada “Base para abstenção de opinião”, não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria sobre essas demonstrações financeiras.


Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Curitiba - PR, 29 de maio de 2025.

Bazzaneze Auditores Independentes S.S.:
BAZZANEZE AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/PR N° 3.942/O-6
CVM N° 519/3


Ediclei Cavalheiro de Ávila
CONTADOR CRC-PR 057250/O-9
CNAI N° 5344




Karini Leticia Bazzaneze
CONTADORA CRC-PR N° 051096/O-0
CNAI N° 6254

Bazzaneze &
Auditores Independentes S/S

Desde 1991

AUZZA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 27.956.690/0001-03

Balço patrimonial dos exercícos findos em:
(Valores expressos em reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2024	31/12/2023
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	80	5
Outras Contas a Receber	6	321.840	321.841
Outros Ativos Circulantes	7	13.289	5.023
Total do ativo circulante		335.209	326.869
Ativo não circulante			
Imobilizado em Operação	8	4.133	4.863
Direito de Uso em Arrendamento		32.256	32.256
Total do ativo não circulante		36.389	37.119
Total do Ativo		371.598	363.988
PASSIVO			
Passivo circulante			
Empréstimos e Financiamentos		-	-
Fornecedores Nacionais		167.378	167.378
Obrigações Fiscais Federais		112.696	89.390
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar		27.231	-
Obrigações Fiscais Municipais		61.470	50.830
Débitos com Outras Partes Relacionadas		2.358.881	2.460.375
Adiantamento de Clientes		274.382	274.382
Outros		340.228	338.987
Total do passivo circulante		3.342.266	3.381.342
Passivo não circulante			
Outras Obrigações		112.599	112.599
Total do passivo não circulante		112.599	112.599
Patrimônio líquido			
Capital Social Realizado		565.266	565.266
Lucros/Prejuízos Acumulados		(3.648.533)	(3.695.219)
Total do patrimônio líquido		(3.083.267)	(3.129.953)
Total do Passivo		371.598	363.988

AUZZA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 27.956.690/0001-03

Demonstração do resultado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	501.206	119.751
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	<u>(33.947)</u>	<u>(10.558)</u>
Receita operacional líquida	467.259	109.193
Despesas operacionais		
Despesas Gerais e Administrativas	<u>(391.253)</u>	<u>(1.474.313)</u>
Total das despesas operacionais	(391.253)	(1.474.313)
Lucro antes do resultado financeiro	76.006	(1.365.120)
Receitas Financeiras	9	90.773
Despesas Financeiras	<u>(2.098)</u>	<u>(113.564)</u>
Resultado financeiro líquido	(2.089)	(22.791)
Outras receitas não operacionais	-	-
Resultado antes das provisões	73.917	(1.387.911)
(-) Provisão para IRPJ e CSLL	(27.231)	-
Resultado líquido dos períodos	46.686	(1.387.911)
Resultado líquido por ação	0,46686	(13,87911)

AUZZA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 27.956.690/0001-03

Demonstração do resultado abrangente dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Resultado Líquido do Período	<u>73.917</u>	<u>(1.387.911)</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	<u>73.917</u>	<u>(1.387.911)</u>

AUZZA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 27.956.690/0001-03

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa Gerado nas Operações	47.416	(733.480)
Lucro líquido antes do IRPJ E CSLL	73.917	(1.387.911)
Provisões para IRPJ e CSLL	(27.231)	
- Depreciação	730	38.349
Provisão para perdas de ativos	-	660.466
Juros, Variações Monetárias	-	(44.384)
Variações nos Ativos e Passivos	54.153	324.885
(Aumento) Diminuição de outros créditos	1	382.933
(Aumento) Diminuição de Outros Ativos Circulantes	(8.266)	(47.961)
(Aumento) Diminuição de Fornecedores	-	10.521
(Aumento) Diminuição Obrigações Fiscais	61.177	4.394
Aumento (Diminuição) Adiantamento de Clientes		(25.002)
Outros	1.241	
Caixa Líquido Atividades de Investimento	-	-
Aquisição do Imobilizado	-	-
Caixa Líquido Atividades de Financiamento	(101.494)	408.573
Transações com partes relacionadas	(101.494)	408.573
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	75	(22)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5	27
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	80	5

AUZZA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 27.956.690/0001-03

Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	Capital social subscrito	(-) Capital a integralizar	Prejuízos Acumulados	AFAC	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>601.666</u>	<u>(36.400)</u>	<u>(2.307.308)</u>	<u>-</u>	<u>(1.742.042)</u>
Resultado do exercício			1.387.911		1.387.911
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>601.666</u>	<u>(36.400)</u>	<u>(3.695.219)</u>	<u>-</u>	<u>(3.129.953)</u>
Resultado do período			46.686	-	46.686
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>601.666</u>	<u>(36.400)</u>	<u>(3.648.533)</u>	<u>-</u>	<u>(3.083.267)</u>

AUZZA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 27.956.690/0001-03

Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em:

(Valores expressos em reais)

	31/12/2024	31/12/2023
I - RECEITA	501.206	119.751
I.1 - Receita com securitização	501.206	119.751
II - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(390.523)	(1.411.690)
III - VALOR ADICIONADO BRUTO	110.683	(1.291.939)
IV - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(730)	(38.349)
V - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	109.953	(1.330.288)
VI - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIAS	9	90.773
VI.1 - Receitas financeiras	9	90.773
VII - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	109.962	(1.239.515)
VIII - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	109.962	(1.239.515)
VIII.1 - Pessoal	-	11.114
VIII.2 - Impostos, taxas e contribuições	33.947	23.718
VIII.3 - Remuneração de capitais de terceiros	29.329	113.564
VIII.4 - Remuneração de capitais próprios	46.686	(1.387.911)

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2024.

1) Contexto Operacional

A AUZZA SECURITIZADORA S/A, é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 07 de abril de 2017, tem como objetivo social a (i) a aquisição e securitização de direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de direitos creditórios imobiliários e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a aquisição e securitização de direitos creditórios judiciais e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios judiciais; (iv) a aquisição e securitização de direitos creditórios corporativos e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios corporativos; (v) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (vi) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (vii) a emissão e a colocação de forma pública ou privada, no mercado financeiro e de capitais, de debêntures e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de judiciais ou corporativos que sejam compatíveis com as suas atividades; (viii) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio, direitos de crédito imobiliário, direito creditório judicial ou direito creditório corporativo e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Debêntures ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio, direitos de crédito imobiliário, direito creditório judicial ou direito creditório corporativo, incluindo, mas não se limitando a, digitação de títulos em sistema de mercado de balcão; e administração, recuperação e alienação de direitos de crédito, estruturação de operações de securitização; (ix) preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (x) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos de sua carteira de créditos; (xi) Aquisição, intermediação, gestão, corretagem e custódia de criptoativos; (xii) Realização de atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente; (xiii) A realização de atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral; (xiv) Preparação de documentos e serviços especializados de apoio administrativo não especificados anteriormente; (xv)

Promoção de conteúdo em provedores, portais e outros serviços de informação; (xvi) Corretagem na compra e venda e avaliação de imóveis; (xvii) Compra e venda de imóveis próprios; (xviii) Aluguel de imóveis próprios. A companhia é tributada pelo Lucro Real e tem sede na cidade de Curitiba, estado do Paraná, na Rua Francisco Rocha, 198 - Batel, Curitiba - PR, 80.420-130.

Contabilidade terceirizada: Os administradores da Companhia optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente atinada a legislação profissional, e estando assim, regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais. Assim, a administração da companhia declara que tomou ciência do conteúdo do aludido contrato em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da companhia em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos do documental remetido para contabilização pela administração da companhia, respondendo esta, pela veracidade, integralidade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante a Lei 11.101/2005 que informa o contribuinte das suas responsabilidades quanto as documentações e procedimentos. A responsabilidade profissional do contabilista, que referenda estas demonstrações contábeis, está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela administração da companhia a este profissional.

As demonstrações contábeis da Companhia relativas ao período findo 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pelo conselho de administração em 10 de maio de 2025.

2) Apresentação das demonstrações contábeis:

Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras, que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao Pronunciamento Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil – CPC 00 – e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 estão de acordo com as normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal

de Contabilidade (CFC), em especial pela NBC TG 26 (R5) e incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07, e pela Lei 11.941/09, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias registradas na CVM.

A Companhia elaborou o seguinte conjunto de Demonstrações contábeis, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração do Resultado do Exercício – DRE; Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração do Valor Acumulado – DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a encontra-se em início de atividades operacionais sendo que o cenário atual demonstra o firme propósito de continuar suas atividades e, a administração não visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações. O plano de negócios para os próximos 60 meses estão estabelecidos em forma clara com foco na securitização de ativos que começa a gerar receitas mais significativas a partir do 1º trimestre de 2025. As receitas projetadas advêm dos vários serviços prestados ao mercado pela Companhia tais quais: (a) emissão de títulos e valores mobiliários (“TVM”); (b) administração de lastros das emissões de TVM; (c) serviço de coordenação líder de ofertas públicas em mercado de capitais; (d) serviço de distribuição de TVM; e, (f) serviços de emissões de tokens em *blockchain* que não sejam classificados como valores mobiliários. Outro fator importante, é comentar que o passivo descoberto apontado nos demonstrativos financeiros não representa riscos à continuidade das operações ao ponto que a maior parte de seus credores são partes relacionadas a Companhia, sendo que na eventualidade de as receitas advindas da atividade operacional não gerarem caixa suficiente para saldar os passivos da Companhia no prazo acordado com as partes relacionadas, a Companhia detém estratégias para equalização destes passivos, tais quais: (a) aumento de capital visando a conversão do saldo devedor das dívidas em integralização de ações da

Companhia a serem objeto de emissão primária; (b) aumento de capital através da emissão primária de ações a serem colocadas através de oferta privada ou pública com esforços restritos para investidores em geral.

3) Riscos:

3.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

3.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam os títulos e valores mobiliários emitidos pela Companhia.

3.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, da autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco

3.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2024 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

3.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2024, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco de a operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do

Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

3.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

3.7 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

3.8 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

4) Principais práticas contábeis:

As demonstrações contábeis são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia, conforme critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.2 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as Companhias Securitizadoras de Crédito.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.3 Reconhecimento de despesa

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo.

4.4 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

4.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.6 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.7 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a

compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.9 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.10 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.11 Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações contábeis.

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.12 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e equivalentes de caixa:

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Bancários à vista	80	5
Total de caixa e equivalentes de caixa	80	5

6) Outras contas a receber:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	308	308
Contas a receber com partes relacionadas	321.532	321.532
Total de outras contas a receber	321.840	321.840

7) Outros ativos circulantes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos à sócios	589	-
Adiantamentos à fornecedores	7.677	-
Bloqueios judiciais	5.023	5.023
Total de outros ativos circulantes	13.289	5.023

8) Imobilizado:

A conta "Imobilizado" é composta por:

Descrição	Taxa	Custo	31/12/2024		31/12/2023
			Depreciação	Residual	Saldo
Equipamentos de Informática	20%	4.502	(4.502)	-	5.369

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Móveis e Utensílios	10%	12.805	(8.671)	4.133	7.074
Total do Imobilizado		17.307	(13.173)	4.133	12.443

9) Ativo Intangível:

A conta de “arrendamento/Direito de uso” refere-se à contrato de aluguel predial classificado na norma do IFRS 16.

Em relação aos softwares, estão divididos em dois projetos: 1) Blockchain - Em Andamento e 2) Software de Negociação de Valores Mobiliários -Em Andamento, itens alocados de acordo com a norma CPC- 04 (Comitê e pronunciamentos Contábeis).

Descrição	Custo	Depreciação Ac.	31/12/2024	31/12/2023
			Residual	Residual
Direito de uso - Edifício Itajú 62	107.101	(38.677)	68.424	68.424
Software de Exchange em Blockchain (Em Andamento)	74.000	-	74.000	74.000
Software de Negociação de Valores Mobiliários (Em Andamento)	438.000	-	438.000	438.000
(-) Provisões para perdas - Desvalorização	(548.168)		(548.168)	-
Total Intangível	70.933	(38.677)	32.256	580.424

10) Obrigações tributárias federais e municipais:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição Social a pagar	8.796	-
Imposto de renda a pagar	18.434	
Pis a pagar	10.088	6.830
Cofins a pagar	55.268	35.220
ISS a pagar	61.470	50.830
IRRF a recolher	36.259	36.259
CSRF a recolher	11.081	11.081
Total de obrigações tributárias federais	139.926	89.390
Total de obrigações tributárias municipais	61.470	50.830
Total de obrigações tributárias federais e municipais	201.396	140.220

11) Débitos com outras partes relacionadas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Felcar Consultoria	2.314.446	2.443.117
Rafael Felcar	44.435	16.017
Total de débitos com outras partes relacionadas	2.358.881	2.459.134

12) Adiantamento de Clientes:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Compradores de tokens - Permutoken	254.987	254.987
Adiantamento de clientes	19.395	19.395
Total de Adiantamento de Clientes	274.382	274.382

13) Outros:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Outras contas a pagar	304.558	304.558
Aluguel - Edifício Itaju	43.861	43.861
(-) Juros A Apropriar Edifício Itaju	(8.191)	(8.191)
Total de outros	340.228	340.228

14) Outras obrigações – Não circulante:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Taxa de fiscalização CVM	112.599	112.599
Total de outras obrigações não circulante	112.599	112.599

15) Patrimônio Líquido – Passivo a descoberto:

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito é de R\$ 565.266 (quinhentos e sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e seis) reais, representado por 565.266 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Prejuízos Acumulados – A companhia encerrou em 31 de dezembro de 2024 com um saldo de R\$ 3.648.533 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, quinhentos e trinta e três reais) na conta de prejuízos acumulados, que será revertido à medida que a Companhia prosperar com as suas operações.

16) Resultado operacional:

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de serviços	501.206	11.788
(-) Deduções da receita	(33.947)	(1.020)
(=) Receita Líquida	467.259	10.768
(-) Despesas gerais e administrativas	(391.253)	(761.388)
(=) Resultado operacional líquido	76.006	(750.620)

17) Resultado financeiro:

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Descrição	31/12/2024	31/12/2023
(+) Receitas financeiras	(8)	30
(-) Despesas financeiras	2.098	(2.180)
(=) Resultado financeiro líquido	2.090	(2.150)

18) Informações sobre Emissão de Certificado de Recebíveis imobiliários:

Com a publicação da Instrução CVM nº 600, datada de 01 de agosto de 2018, foram instituídas novas disposições envolvendo Certificados de Recebíveis do Agronegócio e Certificados de Recebíveis Imobiliários e alterados determinados dispositivos contidos em outras instruções normativas publicadas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nesse contexto, Destacamos o art. 34 dessa ICVM nº 600 que acrescentou à Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, o art. 25-A que, por sua vez, passou a requerer o tratamento, em se tratando de companhia securitizadora, de cada patrimônio separado como entidade que reporta informação para fins de elaboração de demonstrações contábeis, desde que a companhia securitizadora não tenha que consolidá-lo em suas demonstrações conforme as regras contábeis aplicáveis a sociedades anônimas.

Em atendimento a essa disposição, a Companhia deixou de fazer constar nas suas notas explicativas, as demonstrações contábeis vinculadas aos patrimônios separados por ela instituídos, passando a disponibilizá-las em sua página na rede mundial de computadores, em até 03 (três) meses após o encerramento do exercício social.

19) Instrumentos financeiros:

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

Os instrumentos financeiros atualmente utilizados pela companhia estão substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa, estando reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis, considerando-se os critérios descritos no item 3. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

Curitiba – PR, 10 de maio de 2025.

Rafael de Lima Felcar | Diretor Presidente

WE Gestão Empresarial LTDA | CRC PR-009913/O-1
Vitor Augusto Bazzo Fagundes | CRC PR-076141/O-7
José Henrique da Costa | CRC PR-075202/O-0

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Rafael de Lima**, brasileiro, advogado, casado, devidamente portador da CIRG nº 5.883.601-0/PR e CPF/MF sob nº 052.385.489-74, Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores da **AUZZA SECURITIZADORA S/A**, sociedade anônima, Rua Francisco Rocha, 198 - Batel, Curitiba - PR, 80.420-130, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.956.690/0001-03, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob NIRE 41300296952 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2024; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 10 de maio de 2025.

Curitiba - PR, 10 de maio de 2025.

Rafael de Lima
Diretor Presidente e
Diretor de Relação com Investidores

AUZZA SECURITIZADORA S/A
CNPJ/MF: 27.956.690/0001-03

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, **Danilo Freitas**, brasileiro, bacharel em direito, casado, devidamente portador da CIRG nº 8.366.645-5/PR e CPF/MF sob nº 036.695.879-85, Diretor de Compliance da **AUZZA SECURITIZADORA S/A**, sociedade anônima, com sede na R Rua Francisco Rocha, 198 - Batel, Curitiba - PR, 80.420-130, inscrita no CNPJ/MF sob nº 27.956.690/0001-03, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR sob NIRE 41300296952 **DECLARA** (i) ter revisto e discutido com os demais administradores da Companhia, concordando integralmente com as demonstrações contábeis da Companhia de 31 de dezembro de 2024; e (ii) que concorda com as opiniões expressas no Relatório dos auditores independentes da Companhia de 10 de maio de 2025.

Curitiba - PR, 10 de maio de 2025.

Danilo Freitas
Diretor de Compliance
